

SAÚDE, DF, BRASÍLIA!

Aprovado plano emergencial

PROJETO DO GDF QUE CRIA MEDIDAS PARA SUPERAR A CRISE NO SISTEMA MÉDICO-HOSPITALAR DEVE SER SANCIONADO AINDA HOJE PELO GOVERNADOR RORIZ E IMPLANTADO IMEDIATAMENTE

Ângela Oliveira e
Amaral Sales

O projeto de lei de autoria do Executivo, que cria medidas para superar a crise do sistema médico-hospitalar do DF, também chamado de Plano Emergencial da Saúde, foi aprovado ontem, no plenário da Câmara Legislativa, por 16 votos a zero. A votação ocorreu sem tumultos. Agora, o projeto vai para sanção do governador, o que deve ser feito provavelmente hoje, quando Roriz retoma o cargo depois de 15 dias de férias.

O projeto prevê mudanças na estrutura de funcionamento de postos de saúde e hospitais, para dar mais agilidade no atendimento, e altera a tabela de remuneração do pessoal da saúde, incluindo médicos, dentistas e enfermeiros e também o pessoal de apoio. O objetivo é tornar as ações de saúde mais ágeis e eficientes.

De acordo com o novo plano, o comando dos hospitais ficará, a partir de agora, com duas direções: uma técnica e uma administrativa. O diretor técnico cuidará especificamente dos procedimentos médicos, das cirurgias, do atendimento aos pacientes. Já o diretor administrativo ficará responsável pela manutenção de toda a infra-estrutura material e de serviços, como remédios e equipamentos.

O plano cria a Gratificação de Atendimento Especial à Saúde, a GAES, que será paga a todos os servidores da área de saúde que estejam, de alguma forma, envolvidos com atividades de cirurgia, sejam médicos e enfermeiros ou simples agentes de saúde. O objetivo é estimular o aumento da produtividade nessa área, de modo a atender a imensa demanda por cirurgias que existe hoje na rede hospitalar do DF.

O Plano Emergencial de Saúde foi encaminhado à Câmara



Fotos: Evandro Matheus

Compromisso: o presidente da Câmara, Benício Tavares, fez tudo para agilizar a votação do plano

por Roriz antes de se licenciar. Há duas semanas, a pedido da vice-governadora Maria de Lourdes Abadia, o projeto passou a tramitar em regime de urgência urgen-tíssima. Na época, o presidente da Câmara Legislativa, Benício Tavares, prometeu fazer tudo para agilizar a votação das medidas.

Por um erro na distribuição, a votação do projeto ainda chegou a sofrer atraso. É que, na ânsia de

aprovar o plano, os deputados encaminharam o texto para apreciação inicial na Comissão de Constituição de Justiça (CCJ), quando, pelo Regimento da Câmara, deveria ser remetido primeiramente para a chamada comissão de mérito, nesse caso a Comissão de Educação e Saúde, já que trata-se de uma matéria de saúde. Em função disso, o projeto, mesmo tendo passado em vá-

rias comissões, teve que voltar a cada uma novamente, começando pela de Saúde.

Para dar mais agilidade à tramitação, o presidente da Câmara, Benício Tavares, chegou a criar um atalho, fazendo com que o plenário avocasse a matéria, para dar mais agilidade à votação. Ontem, depois do parecer das duas últimas comissões a avaliar o projeto, a Comissão de

Orçamento e Finanças (CEO) e a de Assuntos Sociais (CAS), o plano emergencial foi aprovado.

O deputado Benício Tavares foi ainda um dos parlamentares que brigaram para incluir uma emenda ampliando para todo o pessoal da saúde a a Gratificação de Atendimento Especial à Saúde (GAES). A gratificação corresponderá a 25% do vencimento básico do cargo ocupado pelo servidor.